



GT 06 – A mídia, produção de imagens e estratégias de discursos em disputa

PERSPECTIVAS DA CIDADE E A CIDADE EM PERSPECTIVA: A MÍDIA ESTATAL E OS PLANOS URBANÍSTICOS DA REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM

José Júlio Ferreira Lima (UFPA)¹

jjlimaufpa@gmail.com

Jorge Leal Eiró da Silva (UFPA)²

eirojorge@gmail.com

Mateus Carvalho Nunes (UFPA)³

mateuscn4@gmail.com

RESUMO

O desenho de perspectivas utilizadas para publicizar projetos arquitetônicos e urbanísticos constitui-se em prática considerada complementar a projetos de arquitetura e urbanismo. Planos propostos para a Região Metropolitana de Belém (RMB) contêm propostas de intervenção urbanística na forma de perspectivas que representam espaços urbanos após a implantação de intervenções de diversas naturezas, algumas voltadas ao embelezamento dos espaços públicos como praças ou parques, enquanto outras são relacionadas à habitação ou à infraestrutura sanitária e de transportes. Geralmente, os planos não contêm projetos detalhados para os espaços urbanos, o que faz com que os desenhos sejam simultaneamente expressões de um conjunto de intenções de variados agentes sociais interessados no espaço urbano, além de funcionarem como veículos de propaganda estatal. A metodologia parte do registro dos desenhos de perspectivas veiculadas nos planos, quando são observados seus aspectos plásticos, técnicas de produção e publicização. Das imagens existentes, optou-se por apresentar o caso de imagens do Centro Histórico de Belém do plano diretor de 1975, como se relacionam a imagens precedentes e ao Projeto Feliz Lusitânia dos anos 2000. Para tal, realiza-se pesquisa bibliográfica para o entendimento das bases conceituais do plano e o papel das propostas como mídia política. Conclui-se com a indicação de construção de uma imagem pública, capaz de criar uma narrativa visual para o Estado, em parte como ação preliminar e, em alguns casos, em substituição à ação, por conta de sua expressão plástica, assim como pelas especulações formais em meio à discussão do viés político.

Palavras-chaves: urbanismo, desenho em perspectiva, mídia governamental, planejamento urbano, Centro Histórico de Belém.

1. INTRODUÇÃO

A representação gráfica de projetos urbanísticos em perspectiva é, de maneira geral, incomum: tal tipo de desenho é mais usual no campo dos projetos arquitetônicos, embora a integração entre a arquitetura e o urbanismo seja intrínseca e indissociável, inclusive na

¹ PhD em Arquitetura, professor Faculdade de Arquitetura e Urbanismo e do Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, UFPA, Brasil. ² Doutor em Educação, professor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, UFPA, Brasil. ³ Graduando em Arquitetura e Urbanismo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, UFPA, Brasil.



esfera projetual. Com tal peculiaridade, projetos urbanísticos desenvolvidos para a Região Metropolitana de Belém (RMB) apresentam desenhos em perspectiva para representação de suas propostas de intervenção urbana, servindo como prática complementar à projetual.

Além da função de traduzir e interpretar conceitos tridimensionais e espaciais em uma superfície bidimensional (DOMINGUES, 2001, p. 4) – o próprio plano –, essencialmente gráfica, tais desenhos funcionam também como veículos de propaganda estatal, por estratégias midiáticas de divulgação das ações do poder público através de intervenções e modificações no espaço urbano. Planos propostos para a Região Metropolitana de Belém (RMB) entre 1980 e 2008 contêm propostas de intervenção urbana mostradas na forma de perspectivas que representam espaços urbanos após a implantação de intervenções de diversas naturezas, algumas voltadas ao embelezamento dos espaços públicos como praças ou parques, enquanto que outras são relacionadas à produção de habitação ou de projetos setoriais de infraestrutura sanitária e de transportes. Na maioria das vezes, os planos foram apresentados sem o desenvolvimento de projetos detalhados para os espaços urbanos, o que faz com que os desenhos sejam simultaneamente expressões de um conjunto de intenções de variados agentes sociais interessados no espaço urbano, além de funcionarem como veículos de propaganda estatal.

Do conjunto de imagens em análise na pesquisa a qual este trabalho se vincula, optou-se por apresentar o caso do Centro Histórico de Belém. Como estudo de caso, são analisadas as imagens contidas no plano diretor de 1975 e como as propostas ali contidas se relacionam com imagens do Projeto Feliz Lusitânia, levado a cabo nos anos 2000 pelo Governo do Estado do Pará. Para tal, utiliza-se de metodologia que parte do registro das perspectivas veiculadas nos planos, quando são observados seus aspectos plásticos, autoria, técnicas de produção e publicização. Realiza-se ainda pesquisa bibliográfica para o entendimento das bases conceituais contidas no plano e o papel das propostas como componentes do processo político.

Assim, este trabalho é dividido em três sessões, além desta introdução. Primeiro são discutidas as bases conceituais do urbanismo no que se refere a posturas culturalistas e progressistas conforme proposto por Françoise Choay (1992 [1965]). A seguir, tem-se a análise das imagens contidas no Plano de Desenvolvimento para a Grande Belém (CODEM, 1975) para intervenções no Centro Histórico de Belém. Associa-se a expressão plástica de desenhos à construção de uma narrativa política voltada à inclusão do embelezamento urbano até sua materialidade no Projeto Feliz Lusitânia, referenciando ainda maquetes eletrônicas



mais recentes dos anos 2000 para a mesma área no Centro Histórico. Por fim,

são sugeridas conclusões preliminares acerca de como o processo de gestão pública passa a desempenhar um papel de destaque na construção de uma imagem pública, uma narrativa visual para o Estado, em parte como preliminar ou em alguns casos em substituição à ação, por conta de sua expressão plástica, assim como pelas especulações formais em meio à discussão do viés político.

2. PLANEJAMENTO URBANO E EMBELEZAMENTO COMO INTERVENÇÃO ESTATAL

As proposições feitas por Choay na antologia “O Urbanismo”, publicada em 1992 no Brasil, distingue ideias culturalistas e progressistas na trajetória de propostas espaciais feitas por urbanistas. As primeiras são subsidiárias de uma perspectiva de cidade como repositório da história. Modelos culturalistas seriam capazes de resguardar a sociedade dos problemas causados pela industrialização, enquanto modelos progressistas seriam veículos de modernidade em uma cidade funcionalista e utópica. Sob tais perspectivas, sugere-se que urbanistas podem filiar-se a um ou outro modelo. Apesar da polarização, as ideias da autora têm sido relevantes para a discussão da vinculação entre pensamento e ação urbanística. Tendo inclusive influenciado a análise da carga ideológica, amplamente utilizado na história como impulsionador do Estado através de planos de embelezamento urbano ou ainda de melhoria sanitária, tanto com viés culturalista no caso das primeiras, como progressistas quando associadas ao desempenho técnico das redes de infraestrutura ou de transporte na cidade, inclusive na mesma cidade.

No panorama de pensamento sobre o planejamento urbano, até a década de 1940, a expressão mais frequente quando se remetia à administração municipal era “embelezamento urbano”. Segundo Villaça (2004, p. 192), as proposições projetuais com caráter de embelezamento eram a proposta que a então classe dominante tinha para as cidades: pensamento essencialmente de estratégia política. A ideia de discurso propagandístico era reforçada, historicamente, como ideal republicano de renovação, como explana Benchimol (1992, p. 228) apud Villaça (2004, p. 193):

O termo “embelezar” tem enorme ressonância no discurso propagandístico da época. Designa, mais do que a imposição de novos valores estéticos, a criação de uma nova fisionomia arquitetônica para a cidade. Encobre, por assim dizer, múltiplas “estratégias”. A erradicação da população trabalhadora que residia na área central; [...] a mudança de função do centro, atendendo – num plano mais imediato – aos interesses especulativos que cobiçavam essa



CENTRO DE EVENTOS BENEDITO NUNES - UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ - BELÉM -PARÁ-BRASIL

área altamente valorizada e – num plano mais geral – às exigências da acumulação e circulação do capital comercial e financeiro; razões ideológicas ligadas ao “desfrute” das camadas privilegiadas; razões políticas decorrentes de exigências específicas do Estado republicano em relação àquela cidade que era a sede do poder político nacional.

As imagens de projetos e obras públicas desempenham papel importantíssimo na gestão política, com caráter desenvolvimentista e de importação de ideais europeus para as cidades. Segundo CASTRO (2010), no final do século XIX houve o que se caracterizou como um período de grande visibilidade do moderno, marcado pela expansão colonial e industrial das potências europeias – impulsionado também, ideologicamente, pela adaptação ou implantação de certos modelos e pensamentos europeus na realidade colonizada – e pela celebração do progresso técnico-industrial (CASTRO, 2010, p. 70) - que servia como propagação das modernidades advindas com o pensamento republicano, suas eficiências econômicas e repercussões sociais. Tais projetos têm origem renascentista importada a nós através da França, mais familiar aos habitantes de Belém pelas obras executadas na cidade no período da belle époque, fortemente marcado pelos novos ideais de República.

Assim como Paris serviu, na Europa do século XIX, como um espaço privilegiado para a experimentação do espírito moderno (CASTRO, 2010, p. 69), Belém serviu como experiência de introdução deste pensamento na Amazônia. O vasto material icônico do cenário histórico-político de Belém naquele período chega a atualidade através dos Relatórios de Antônio Lemos, Intendente municipal entre 1897 e 1911. O conjunto bem organizado na forma de relatório de obras, administração de serviços e até legislação urbanística e edilícia, embora não fossem, serviram essencialmente como veículo de propaganda política dos projetos, das obras e do cotidiano do governante. A estratégia de proposição e execução de obras no espaço urbano como perpetuação política no regime democrático se repete na história: para Lemos, a Secção de Obras era considerada como “uma das úteis e operosas repartições da Intendência”, e suas atividades ocupavam centenas de páginas dos seus Relatórios Anuais (MATOS, 2016, p. 33). O governo de Lemos, por tais estratégias e ações, constituiu uma narrativa visual do período histórico da cidade marcante na construção da identidade urbana de um período de grande pujança econômica devido aos preços da goma extraída da Amazônia e escoadas pelo Porto de Belém (NUNES, 2017).



Figura 01 - Palácios Lauro Sodré (sede do governo do estado) e Antônio Lemos (sede da prefeitura), no Álbum de Belém de 1902. Fonte: BELÉM, 1902.

No governo Lemos, obras públicas eram utilizadas como veículo ideológico: a modernidade trazida pelos diversos aterros na área da Campina – a água não é mais um limite, agora constrói-se sobre ela –, o ar parisiense pela implementação do Boulevard da República – com outra compreensão da perspectiva e da monumentalidade da cidade – e o código de polícia que ditava como as construções da cidade deveriam ser, sob ideias higienistas e elitistas – o novo momento da República. Assim, constitui-se uma narrativa de efetiva ação do governante, de execução de obras que modificaram o espaço urbano e trouxeram melhorias para a cidade e para a população. As imagens tornam-se, então, método de propaganda do próprio governante e de seu mandato, visando a continuação do mandato ou a perpetuação política do nome na história. As imagens para o Centro Urbano analisadas neste trabalho são duplamente representativas, por um lado pela continuidade histórica que se constrói já na administração lemista, e por outro, já na contemporaneidade, seguem a mesma estratégia midiática política.

3. PERSPECTIVAS DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO PARA A GRANDE BELÉM DE 1975



CENTRO DE EVENTOS BENEDITO NUNES - UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ - BELÉM -PARÁ-BRASIL

As perspectivas também constroem uma narrativa visual relacionada à época, seja com caráter idílico e utópico, seja pragmático e técnico. O Plano de Desenvolvimento para a Grande Belém (PDGB), desenvolvido em 1975 pela Prefeitura Municipal de Belém através da Companhia de Desenvolvimento e Administração da Área Metropolitana de Belém (CODEM) e em parceria com o Banco Nacional de Habitação (BNH), utilizou-se da técnica de representação de projetos em perspectiva.

O PDGB refletia os interesses do Estado e da iniciativa privada, combinado com a proposição e implementação esquemática de diversos outros planos e projetos de desenvolvimento para a Amazônia no então período. A consolidação definitiva do processo de desenvolvimento e integração regional (BELÉM, 1975, pg. 3), enquanto objetivo geral estava articulado no plano ao ordenamento do espaço urbano e direcionamento do crescimento físico da RMB, então composta por Belém e Ananindeua, de modo que a desconcentração do centro urbano fosse efetivada com políticas de criação de empregos em áreas estratégicas da cidade e de sub-centros urbanos (LIMA, 2003, p, 82). O centro urbano seria objeto de um projeto de ordenamento visando atrair atividades turísticas em função da localização dos conjuntos arquitetônicos e paisagísticos das igrejas, mercados e praças, já tombados pelo Patrimônio Federal desde 1940 (IPHAN, 2017).

O plano continha aspectos do chamado urbanismo progressista voltados à constância ideológica e à repetição de estratégias de geração de emprego e implementação de infraestrutura urbana comumente perceptíveis neste tipo de instrumento de ordenamento territorial, o plano diretor. Por outro lado, valoriza traços culturais por meio de medidas de valorização do espaço público do entorno dos monumentos históricos do centro de Belém. A combinação de políticas públicas infraestruturais e de geração de empregos com medidas de organização espacial é a chave para o entendimento dos planos urbanísticos previstos para essa área da cidade no decorrer do tempo. Para esta integração do ordenamento territorial em políticas públicas, calcava-se no PDGB no discurso de um modelo de descentralização dos polos econômicos, comerciais e de serviços estabelecidos no centro de Belém e na região do Centro Histórico. Por mais que esta região abrigasse este núcleo dinâmico da cidade, ele ainda apresentava diversos problemas provenientes geralmente das áreas periféricas, como habitações irregulares, sem saneamento básico e com falta de infraestrutura urbana, principalmente nas áreas mais próximas à Baía do Guajará.

O segundo volume do Plano, referente às medidas para a área central de Belém, contém anteprojeto de remanejamento para a área e se constitui majoritariamente de produção textual, com pranchas de desenhos anexas. Os objetivos explicitados no próprio



CENTRO DE EVENTOS BENEDITO NUNES - UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ - BELÉM -PARÁ-BRASIL

plano (BELÉM, 1975, p. 5) são: preservação e revitalização dos elementos arquitetônicos, urbanísticos e paisagísticos como partes integrantes do Patrimônio (seja ambiental urbano, seja histórico, cultural e natural); melhoria do aproveitamento do espaço urbano da área; valorização do pedestre no processo de planejamento; compatibilização dos sistemas de circulação e integração dos elementos paisagísticos e naturais para a criação de uma nova imagem da área central e da cidade (BELÉM, 1975).

A importância dada pelo plano na preservação e medidas de restauração do patrimônio histórico da área central da cidade se dá, principalmente, como um investimento econômico a longo prazo, com alto potencial turístico a ser explorado. O Centro Histórico de Belém tem, ainda hoje, grande capacidade turística inexplorada – ou com abordagem não efetiva –, que dinamizaria a economia da cidade como um todo e movimentaria social e economicamente a área central da cidade. Visando o maior aproveitamento deste potencial da cidade, outros planos foram posteriormente desenvolvidos com este viés de incentivo ao turismo; é o caso do Complexo Feliz Lusitânia, nova denominação dada nos anos 2000 para a mesma área e analisado subsequentemente neste trabalho.

Os princípios de limpeza e organização, frequentemente adotados como princípios pelos projetos urbanísticos com caráter higienista, fizeram com que as proposições do plano, de maneira geral, visassem a manutenção das condições de higiene, saúde pública e funcionamento comunitário na maioria dos conjuntos (BELÉM, 1975, p. 125). O caráter organizacional explícito no plano não trata apenas da organização espacial e urbana, mas de organização logística e de atividades executada nas áreas de intervenção. Tal organização se daria pelo controle e restrição sobre os estabelecimentos de serviço, como bares, restaurantes e feiras; restrições e proibições quanto a devidos usos do espaço da via pública, como estacionamentos; e reorganização e regulamentação das atividades na área, como atividades comerciais, serviço de limpeza pública e policiamento.

A iniciativa de organizar um sítio turístico dotado de infraestrutura adequada e da valorização do sentido cultural e de tradição da cidade casa-se, também, com outro objetivo do plano: a valorização do pedestre no processo de planejamento urbano. O espaço urbano delimitado deve, então, ser vivenciado na escala do pedestre, e não do automóvel: curiosamente, aqui há uma quebra com o pensamento desenvolvimentista habitual da época, em que se priorizava a locomoção urbana através de automóveis – até como geração de capital nacional pela ênfase no “rodoviarismo” e na produção automobilística brasileira.

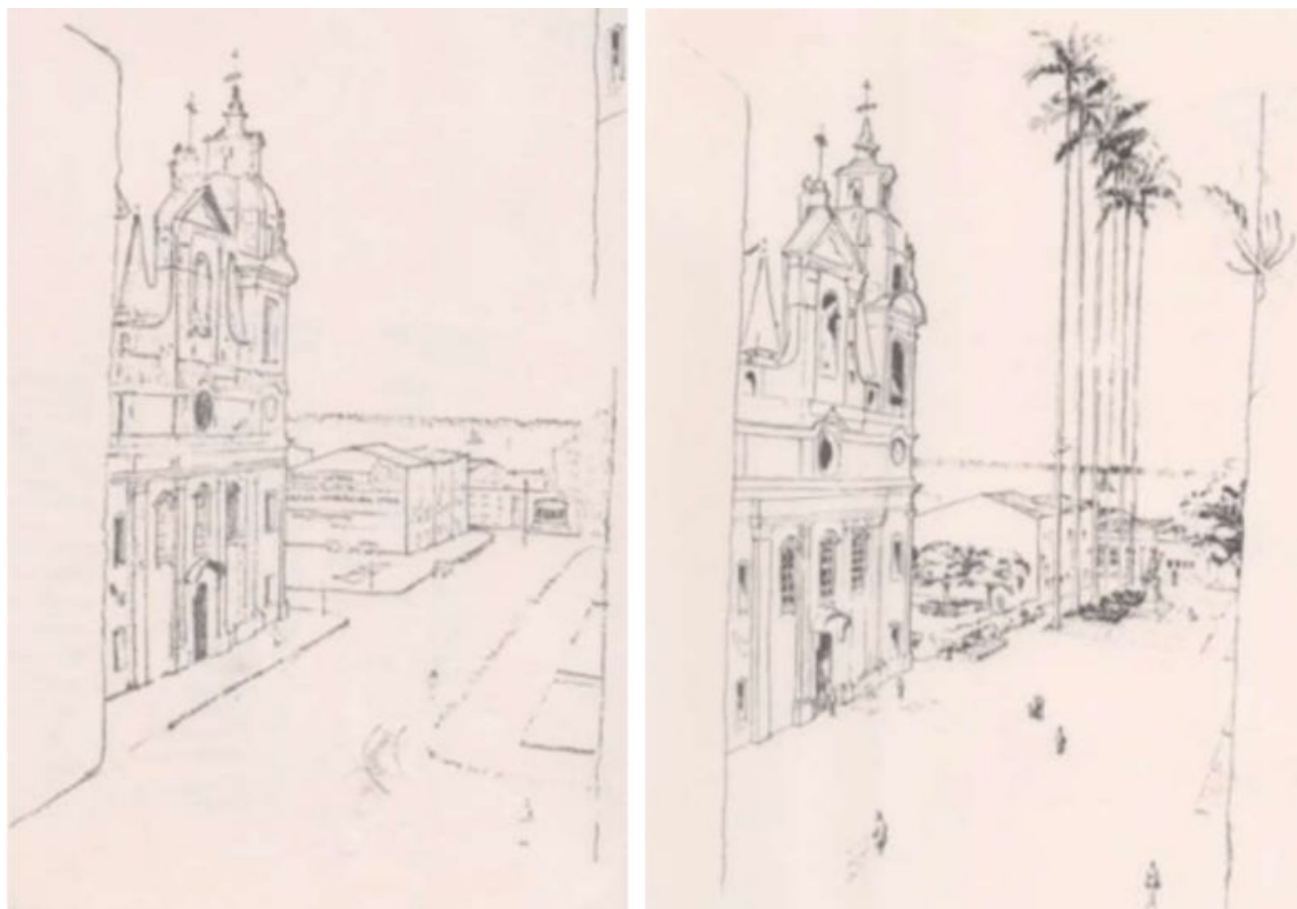
Toma-se como personagem fundamental na narrativa visual da cidade o flâneur: o explorador urbano, que vaga pela cidade, conhece a rua, vivencia o espaço urbano



CENTRO DE EVENTOS BENEDITO NUNES - UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ - BELÉM -PARÁ-BRASIL

(BENJAMIN, 1991 apud D'ANGELO, 2006). A preocupação com o pedestre-turista também fez com que o plano se atentasse a alguns pormenores, não usualmente encontrados em planos de tal escala: foram elaborados desenhos de mobiliário urbano e programação visual de sinalização para a área. Os futuros equipamentos comunitários demonstram a intenção de permanência no local visitado, também expressa na proposição de áreas que serviriam como praças no circuito do Centro Histórico e na criação de pontos de encontro diversos – “tacacá, sucos, sorvetes, frutas, bares, etc” (BELÉM, 1975, p. 137).

A mais notável e expressiva proposta de intervenção presente no plano destinado à Área Central de Belém é a do Conjunto 2 (Figuras 02 e 03) que corresponde ao Largo da Sé (Praça Frei Caetano Brandão) e à Praça Dom Pedro II. A área tem um grande valor histórico e cultural para a cidade, por ser o centro político da cidade e sua origem irradiadora. Estão presentes importantes obras arquitetônicas, assim como espaços públicos com grande valor para a cidade e para a história, como a Praça do Relógio, a Praça Felipe Patroni, o Forte e a Ladeira do Castelo e o Largo de São João. Este conjunto tem forte caráter monumental, tanto pela espacialidade urbana quanto pela grandiosidade arquitetônica, e tem potencial para ser o núcleo turístico da cidade.



Figuras 02 e 03 – Perspectivas para a Área no entorno da Catedral de Belém. Fonte: BELÉM, 1975.

Quanto às técnicas de expressão gráfica, as perspectivas são executadas originalmente em nanquim sobre papel vegetal, com imagem reproduzida a partir de original fotográfico. Tais desenhos eram reproduzidos por fotolito em alto contraste e impressão em offset e dimensionados na prancha no momento da diagramação, ou seja, podiam ter tamanhos diferentes que os desenhos originais. Não apresentavam escala gráfica nem qualquer outra referência métrica. Na representação da situação proposta, a limpeza gráfica expressa também a assepsia do projeto, somente com o uso de nanquim para limpeza no traço, quanto nas representações da situação anterior (no projeto referido como “atual”), utiliza-se o grafite para representar os danos nos edifícios e dar aspecto mais conturbado visualmente ao desenho.



CENTRO DE EVENTOS BENEDITO NUNES - UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ - BELÉM -PARÁ-BRASIL

As propostas para este conjunto reforçam categoricamente o ideal de embelezamento da cidade: desapropria-se, demole-se e remaneja-se o que compromete de maneira negativa a paisagem urbana, enquanto recupera-se e reintegra-se o que a fortalece. Para o subconjunto do Largo da Sé e do Forte do Castelo, há a proposição de demolição de diversos “prédios prejudiciais ao conjunto” (BELÉM, 1975, p. 138), como galpões de maneira encostados à Igreja de Santo Alexandre e outros prédios e barracões comerciais situados no entorno. Na praça Frei Caetano Brandão, há a curiosa proposição de transferência da estátua do centro da praça e a replantação das mangueiras como vegetação periférica e das duas centenárias Cicadácias – vegetação com folhas semelhantes às de palmeira, mas de baixa altura, nunca chegando à altura de uma árvore – no centro da praça, possibilitando que o espaço seja usado também para atender ao público das igrejas em suas festividades. Evidencia-se que há uma forte preocupação com as intervenções paisagísticas nos espaços dos conjuntos. A manutenção, complementação e revitalização de espécies vegetais em diversas partes, principalmente nas rotas para pedestres, contribuem para o caráter ornamental e apreciativo previsto para a área.

Quanto às medidas de integração, ainda neste subconjunto, propõe-se o incentivo da circulação de pedestres na área, além da criação de áreas de estacionamento – junto à Igreja da Sé e entre a Praça Felipe Patroni e o Largo de São João, na região posterior do Palácio – que fizessem com que os habitantes/visitantes com carros executassem o trajeto do estacionamento às praças e aos edifícios de maneira fácil e segura. Além da conexão das praças entre si e das áreas de estacionamento, indica-se a criação de comunicação entre a praça e o rio Guamá, visando integrar o ambiente construído à paisagem natural. Esta estratégia de abertura da paisagem para o rio é recorrente nos projetos futuros para as áreas de orla de Belém, com o lema de “janelas para o rio”, que consta no Plano Diretor de Belém de 1993 (MOREIRA, 2016, p. 39).

E, de caráter mais icônico, há a proposta de criação de um enorme lago artificial, circundando ambos os Palácios, o do Governo e o Azul – hoje Lauro Sodré e Antônio Lemos, respectivamente –, vistos na figura 01 do relatório de Lemos. Tais propostas constituem um cenário que beira a utopia, a supremacia do monumento, a exaltação da arquitetura e o fetichismo da integração com a água que busca transportar e elevar, narrativamente, as edificações monumentais do espaço urbano presente. Há o enlace com a supremacia histórica de Belém e o resgate da imagem de cidade moderna e abastada. Esta

é a chave para a compreensão dos processos de embelezamento do espaço urbano: a criação de uma narrativa visual, de um espaço deslumbrante e majestoso, que carrega



CENTRO DE EVENTOS BENEDITO NUNES - UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ - BELÉM -PARÁ-BRASIL

diversos valores e serve, neste caso, como forte estratégia de veiculação de ideais políticos.



Figuras 02 e 03 – Perspectivas para a Área no entorno dos Palácio Antônio Lemos (sede da prefeitura) e Palácio Lauro Sodré (sede do governo do Estado) (situações atual e proposta, respectivamente). Fonte: BELÉM, 1975.

4. PERSPECTIVAS DO PROJETO FELIZ LUSITÂNIA DE 2002

Conservando diversas estratégias de abordagem do Plano de Desenvolvimento para a Grande Belém, o Projeto Feliz Lusitânia, do Governo do Estado do Pará (1997-2002), estabelecia proposições bastante focadas no embelezamento urbano e no preparo da área – agora em um recorte menor, comparado ao PDGB – para o turismo. O projeto visava a dinamização espacial e econômica da área do complexo através da organização urbana para a atividade de turismo comercial, principalmente pela retomada de referenciais teóricos,



CENTRO DE EVENTOS BENEDITO NUNES - UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ - BELÉM -PARÁ-BRASIL

sociais e econômicos do Pará. Tal ideal de resgate da memória da cidade tem forte relação com as propostas do projeto anterior analisado neste trabalho, que visavam a retomada da imagem da cidade deslumbrante em seu auge histórico e do uso de tal poder de narrativa visual como atrativo turístico, econômico e social para a área.

Com preocupação restaurativa, o projeto visava a manutenção do patrimônio edificado de reconhecido valor na área que deu origem a Belém, com fortes exemplares de edifícios importantes para a história da cidade. Quanto aos edifícios presentes no complexo e abrangidos pelo projeto, MOREIRA (2016, p. 44) elucida:

Na primeira etapa do projeto foram incluídos a Igreja de Santo Alexandre, onde encontra-se o Museu de Arte Sacra; o Palácio Episcopal; a Casa das Onze Janelas, que abrigou um restaurante e algumas galerias de arte; o Forte do Castelo, no qual está o Museu do Encontro; os anexos, os jardins e o entorno imediato dessas áreas; e as oito edificações térreas, situadas à Rua Padre Champagnat.

As áreas livres correspondiam, de maneira geral, à área da Casa das Onze Janelas e do Forte do Castelo. Sendo área da Marinha, o Ministério autorizou o uso dos espaços pelo Governo do Estado para a execução do projeto, e a consequente demolição de diversos edifícios para abertura da paisagem, como galpões de depósito de suprimentos, edificações e benfeitorias do Clube do Círculo Militar (MOREIRA, 2016, p. 45). A integração da abertura de espaços públicos – com a demolição de alguns edifícios e o projeto de áreas de convivência – e do mote “janelas para o rio” fez com que se obtivesse uma unidade na compreensão espacial do local, sem divisões físicas aparentes. Contribuindo para a unidade espacial, houve a derrubada do muro que se situava na extremidade do lote do Forte, o que ainda hoje causa densos debates sobre restauro e patrimônio histórico.

Sobre a análise gráfica das perspectivas, agora é utilizada a técnica da maquete eletrônica, ainda sem muito refinamento: talvez devido à época em que foi executada, devido a limitações tecnológicas no processamento computacional. As perspectivas, por mais que visualmente atraentes a priori, apresentam blocos em três dimensões e texturas despreocupadas com o real e as imagens finais provavelmente sem pós-produção em software de edição de imagem, resulta em aspecto final pouco aprimorado. Tecnicamente, dão a impressão de certo desleixo pela utilização de fotos na modelagem das fachadas dos prédios do conjunto, o que poupa tempo na modelagem dos elementos arquitetônicos mais detalhados – fortemente presentes nas edificações do Complexo.

O fundo preto, recortado (Figura 04), não demonstra muito cuidado ou integração com



CENTRO DE EVENTOS BENEDITO NUNES - UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ - BELÉM -PARÁ-BRASIL

o entorno, ou relação do projeto com a cidade como um todo, o que poderia ser facilmente solucionado, tecnicamente, com programas de edição de imagem e fotos aéreas da cidade. Por mais que, de maneira geral, a maquete seja mais atrativa que as figuras do PDGB por utilizar-se de cores e mecanismos gráficos que aproximam à realidade, demonstra certos aspectos questionáveis em sua execução.



Figura 04 – Maquete eletrônica da área do Projeto Feliz Lusitânia, incluindo o casario na quadra da Igreja de Santo Alexandre ao fundo e a exclusão da Catedral de Belém adjacente a Praça Frei Caetano Brandão. Fonte: SECULT, 2002.

Curiosamente a maquete eletrônica não apresenta a Catedral da Sé, talvez pelo fator da complexidade arquitetônica e volumétrica do edifício que resultaria em longas horas de modelagem. Embora a intervenção executada pelo Governo do Estado na época tenha sido representativa como atrativo econômico para Belém, tanto em função da instalação de museus e de restaurantes na área, a restauração da catedral só foi finalizada em outra gestão estadual.

5. DESENHOS DE PERSPECTIVAS E A MÍDIA ESTATAL

As imagens criadas para o Centro Histórico de Belém ao longo do tempo vêm sendo amplamente utilizadas pela mídia governamental, veiculadas como parte de um projeto mais amplo de preservação do patrimônio histórico, complementar ao Complexo Estação das Docas inaugurado anteriormente, assim como uma alternativa mais cuidada do ponto de vista



CENTRO DE EVENTOS BENEDITO NUNES - UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ - BELÉM -PARÁ-BRASIL

estético e saneado quando comparado à vizinha Feira do Ver-o-Peso. Adotando-se como ponto de referência o estabelecimento feito por Lemos ainda no início do século XX do conjunto de imagens feitos para divulgação de seu governo e que chega à contemporaneidade na forma de fotografias publicadas nos seus relatórios, sugere-se com as análises feitas por meio dos desenhos em perspectiva que há uma linha de articulação entre as propostas espaciais e a produção de mídia estatal.

Longe de constituir-se em estudo aprofundado no campo da comunicação, o caso aqui exposto pode ser articulado a um dos pontos de uma agenda de investigação para a relação entre política e mídia indicado por Rubim e Azevedo (1998), trata-se de um possível componente a ser investigado em estudos dos atos de fala políticos, trazendo elementos da semiologia e semiótica da leitura das imagens pelos seus caracteres simbólicos e de construção de significado, neste caso do tratamento urbanístico e arquitetônico do espaço público. Sugere-se que estaríamos abrindo campo para o que:

[...] certamente lapidaria [seu instrumental teórico-metodológico e encontraria resultados mais elucidativos acerca dos discursos políticos midiáticos, de seus processos de produção de significados e símbolos, de seus protocolos de enunciação e negociação de sentidos, bem como de seus sistemas discursivos. (RUBIM E AZEVEDO, 1998, s.p.)

Em meio aos estudos da relação entre política e mídia, observa-se que embora haja ênfase na análise da propaganda no processo eleitoral, inclusive com a utilização maciça de imagens de obras públicas na televisão, tanto concluídas como por meio de maquetes eletrônicas animadas ou não, os estudos ainda estão por incluir elementos constituintes dos próprios projetos urbanísticos. Ao estabelecer uma relação com os desenhos dos projetos, seja nos planos diretores, seja na condução de seus detalhamentos por meio de projetos de arquitetura e de desenho urbano, a gestão pública passa a desempenhar um papel de destaque na construção de uma imagem pública, capaz de criar uma narrativa para o Estado, uma narrativa visual em substituição à ação, por conta de sua expressão plástica, assim como pelas especulações formais em meio à discussão do viés político.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O paper propõe que as perspectivas analisadas para projetos no Centro Histórico de Belém constituem subsídio para o entendimento da dimensão discursiva e simbólica das perspectivas, aqui sugeridas como componentes midiáticos capazes de revelar as vinculações entre ações políticas e sociais, bem como a capacidade de influenciar os avanços e retrocessos no processo de democratização do planejamento urbano na RMB.



CENTRO DE EVENTOS BENEDITO NUNES - UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ - BELÉM -PARÁ-BRASIL

Isto é feito primeiramente relacionando diferentes posicionamentos de caráter embelezador ou de melhoria da eficiência sanitária ou funcional, sugeridos no paper como subsidiários do urbanismo progressista conforme proposto por Choay. Na condução de projetos de intervenção em área tombada, há componentes culturalistas importantes. Apesar de não se constituir em uma ação programada, a proteção patrimonial também se insere no discurso governamental. Primeiro por meio de imagens especulativas no plano da década de 1980 e depois na representação de um projeto que de fato foi implementado nos anos 2000. As imagens trazem consigo o discurso do Estado para o aproveitamento econômico com a participação privada. Tudo mediado pela campanha da mídia de que os bens públicos ali existentes e sua utilização são robustos o suficiente para funcionarem como fonte de desenvolvimento econômico para a cidade, o que também constituiu um elemento do discurso midiático do Estado.

Outro fator é que já desde as imagens dos relatórios governamentais de Lemos, ainda no início do século XX, ao relacionarem a ação estatal a manutenção dos espaços públicos e a intervenções de estruturação, já se nota um controle do espaço. As proposições de melhoria no espaço público são autorizadas pelo crescente reconhecimento feito pelos usuários de que a mensagem que chega do Estado é de sua responsabilidade em garantir que o patrimônio e o desenvolvimento econômico associados serão atingidos por meio da intervenção física. O que crescentemente vem sendo veiculado nas mídias governamentais, mesmo que efeitos negativos fiquem sem mitigação, o que parece mais relevante é a iniciativa e a proposição, sem necessariamente uma avaliação mais rigorosa dos resultados.



Referências bibliográficas

BELÉM, Prefeitura Municipal. Álbum de Belém. Pará: F. A. Fidanza, 1902.

_____. Plano de Desenvolvimento para a Grande Belém (PDGB). Volume II – Anteprojeto de Remanejamento da Área Central. CODEM, 1975.

CASTRO, Fábio Fonseca de. A Cidade Sebastiana. Era da borracha, memória e melancolia numa capital da periferia da modernidade. Belém: Edições do Autor, 2010.

CHOAY, Françoise. O urbanismo. São Paulo: Perspectiva, 1979 [publicado originalmente em 1965].

D'ANGELO, Martha. A modernidade pelo olhar de Walter Benjamin. Estud. av. vol.20 no.56 São Paulo Jan./Apr. 2006

DOMINGUEZ, Fernando. Croquis e perspectivas. Porto Alegre: Editora Masquatro, 2011.

IPHAN, Bens tombados e processos de tombamento em andamento (atualização 08/08/2017). Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Lista%20bens%20tombados%20e%20processos%20em%20andamento%20ago, 2017, acesso em 15/10/2017>.

LIMA, J. J. Ordenamento territorial e os serviços de infra-estrutura na Região Metropolitana de Belém. In: PEREIRA, José Almir Rodrigues (org.). Saneamento ambiental em áreas urbanas. Belém: UFPA/NUMA, EDUFPA, 2003.

MATOS, Ana Léa Nassar. Um projetista para a cidade lealista: José Sidrim. In: SARGES, Maria de Nazaré; LACERDA, Franciane Gama (org.). Belém do Pará: História, cultura e cidade para além dos 400 anos. 2. ed. rev. e ampl. Belém: Açai, 2016.

MOREIRA, Juliana Vasconcelos. Urbanidade nos espaços públicos do Complexo Feliz Lusitânia: o caso das áreas livres da Casa das Onze Janelas e do Forte do Castelo (Dissertação de mestrado). Belém: Universidade Federal do Pará, Instituto de Tecnologia, Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, 2016.

NUNES, Márcia Cristina Gonçalves. Rumo ao Boulevard da República: entre a cidade imperial e a metrópole republicana (Tese de doutorado). Belém: Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-graduação em História., 2017.

RUBIM, Antonio Albino Canelas; AZEVEDO, Fernando Antonio. Mídia e Política no Brasil: textos e agenda de pesquisa. São Paulo: Lua Nova (online), 1998, n. 43.

SECULT, Secretaria de Cultura do Estado do Pará. Maquetes eletrônicas do Projeto Feliz Lusitânia. Arquivo em formato jpg. 2002.

VILLAÇA, Flávio. Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil. In: DEÁK, Csaba; SCHIFFER, Sueli Ramos (org.). O processo de urbanização no Brasil. São Paulo: EdUSP, 1999.